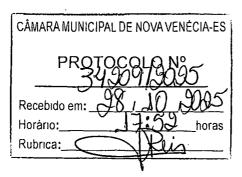




PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/2025, WJOO 09/2025



INSERE **DISPOSITIVOS** ESPECIFICA À RESOLUÇÃO Nº 343, DE 28 DE JULHO DE 2005, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 2.710, DE 14 DE JULHO DE 2005, QUE CONCEDE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO **SERVIDORES** DO **PODER** LEGISLATIVO MUNICIPAL.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA-ES, faz saber que o Plenária aprova e o Presidente promulga a seguinte resolução:

Art. 1º Ficam acrescentados os §§ 3º e 4º ao art. 4º da Resolução nº 343, de 28 de julho 2005, que regulamenta a Lei nº 2.710, de 14 de julho de 2005, que concede auxílio alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal, vigorando com os seguintes textos:

Art. 4º (.....)

§ 3º Para o mês de dezembro de cada exercício financeiro, o Presidente da Câmara Municipal efetuará o pagamento do valor em dobro do previsto no caput deste artigo para o auxílio alimentação, conforme autorizado em lei.

§ 4º O disposto no § 3º deste artigo somente será aplicado no mês de dezembro de cada exercício financeiro, vedado o pagamento em dobro nos demais meses do ano.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Avenida Vitória, 23 - Centro - Caixa Postal 4 - 29830-0

Telefax: (27) 3752-1371 – 99831-0540 – http://www.cmnv.es.g∳f.br – cmnv@cmnv.es.gov.br

2025/10/28\2025/10/28\579\PRE-2025 vale.alimentacao.dobro.anual





Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 28 de outubro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

VICTOR CREMASCO MENDONÇA

Presidente

Yereador pelo DC

FELIPE BARBOSA DOS SANTOS

Vice-Presidente Vereador pelo PSB

JOÃO JÚNIOR VIEIRA POS SANTOS

Primeiro Secretário Vereador pelo PRB

ŘEGINA TOSTA MACHADO

Segunda Secretária Vereadora pelo PV





JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Apresentamos, anexo à presente justificativa, para apreciação e deliberação dos órgãos competentes deste Poder Legislativo, o projeto de resolução que acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 4º da Resolução nº 343, de 28 de julho 2005, que regulamenta a Lei nº 2.710, de 14 de julho de 2005, que concede auxílio alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

A iniciativa tem fundamento no art. 16 da Lei Orgânica do Município, de competência da Mesa Diretora, e observado o princípio da separação dos poderes previsto no texto do art. 2º da Constituição Federal, reproduzido no art. 8º da Lei Orgânica.

Encontra-se fundamentado também no art. 18, V, da Lei Orgânica, pela competência privativa ou exclusiva da Câmara Municipal de editar Resoluções e Decretos Legislativos.

As normas de indenização não se enquadram em ganhos habituais, pois objetivam indenizar gastos que ocorrem em face das necessidades em deslocamentos, alimentos, dentre outros dessa natureza.

A proposição objetiva conceder uma perspectiva melhor de um período em que os servidores possuem maiores gastos em decorrência do fim do ano, em que envolve maior consumo em restaurantes, supermercados e outros estabelecimentos que fornecem comidas e alimentos diversos.

É facilmente perceptível o aumento de consumo de período, até mesmo pelas peculiaridades e tipicidades de alimentos ou produtos comestíveis, inclusive acarretando aumento em preços pela procura pelos consumidores, aumentando preços e a demanda.

Somando-se aos fatores, no período também há um aumento de consumo de alimentos e produtos comestíveis, de forma significativa, pelo período do ano, característico de diversidades de consumo e alta procura pelos consumidores do Município.

Sendo assim, aguardamos o pronto acolhimento da proposição.

É a justificativa.





Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 28 de outubro de 2025; 71° de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

VICTOR CREMASOO MENDONÇA

Presidente

Xereador pelo DC

FELIPE BARBOSADOS SANTOS

Vice-Presidente Vereador pelo PSB

JOÃO JÚNIOR VIEIRA DOS SANTOS

Primeiro Secretário Vereador pelo PRB

REGINA TOSTA MACHADO

Segunda Secretária Vereadora pelo PV